
MULTIPARTIDARISMO E RELATIVA ESTABILIDADE: O DESEMPENHO ELEITORAL DOS PARTIDOS POLÍTICOS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM MATO GROSSO DO SUL (1992-2020)

MULTIPARTYISM AND RELATIVE STABILITY: THE ELECTORAL PERFORMANCE OF POLITICAL PARTIES IN MUNICIPAL ELECTIONS IN MATO GROSSO DO SUL (1992-2020)

Yasmim Karolina da Silva Nantes¹

<http://lattes.cnpq.br/8239880618681572>

Marcos Antonio da Silva²

<https://orcid.org/0000-0003-1196-2814>

<http://lattes.cnpq.br/8590672637571334>

RESUMO: Este trabalho procura compreender o desempenho dos partidos políticos nas eleições municipais de Mato Grosso do Sul entre 1992 à 2020. Para tanto, discute a relação entre as eleições e os partidos políticos brasileiros, demonstrando sua importância para a consolidação das democracias contemporâneas, os realinhamentos do sistema partidário brasileiro, com o desenvolvimento do multipartidarismo e de uma relativa estabilidade, e a interação entre o sistema partidário nacional e local, destacando a importância do executivo estadual e nacional no desempenho eleitoral dos partidos. Em seguida, apresenta e analisa os resultados das eleições municipais do estado, indicando sua dinâmica e discutindo o desenvolvimento de um multipartidarismo, cada vez mais fragmentado, o desempenho dos principais partidos e como isto demonstra a interação entre a dinâmica político-partidária nacional e local.

Palavras-Chave: Partidos Políticos; Eleições; Bancadas; Desempenho Eleitoral.

ABSTRACT: This work seeks to understand the performance of political parties in municipal elections in Mato Grosso do Sul between 1992 and 2020. To this end, it discusses the relationship between elections and Brazilian political parties, demonstrating their importance for the consolidation of contemporary democracies, the realignments of the Brazilian party system, with the development of multipartyism and relative stability, and the interaction between the national and local party system, highlighting the importance of the state and national executive

¹ Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Foi bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) na mesma instituição. Email: yaasnantes@outlook.com.

² Doutor em Estudos sobre a Integração da América Latina (PROLAM/USP). Professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) e curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Foi membro do Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre a América Latina (LIAL). Email: marcoasilva@ufgd.edu.br.

in the electoral performance of the parties. It then presents and analyzes the results of municipal elections in the state, indicating their dynamics and discussing the development of an increasingly fragmented multiparty system, the performance of the main parties and how this demonstrates the interaction between national and local party-political dynamics.

Keywords: Political Parties; Elections; Trends and Performance.

INTRODUÇÃO

Os partidos políticos são um elemento fundamental das democracias contemporâneas e parte instigante de todo sistema político como apontam Sartori (1982), Manin (2005), Panebianco (2005), Bolognesi (2020) e Macedo (2020), dentre outros.

Desta forma, estejam relacionados ao sistema representativo ou sistemas hegemônicos, pode-se afirmar que, praticamente, todos os sistemas políticos dos séculos XX e XXI são marcados por essas organizações. A formação dos partidos políticos modernos surge da necessidade de se considerar as massas como atores relevantes seja isso pela “noção ideológica de que as massas têm o direito de participar na determinação de políticas públicas ou na seleção das lideranças” ou, ainda, pela percepção de que “mesmo uma elite ditadora deve encontrar os meios organizacionais de assegurar conformação e controle estáveis” (LAPALOMBARA e WEINER, 1966, p. 20). Não por acaso, a ciência política se atém ao estudo desse objeto em diferentes frentes, considerando desde o aspecto organizacional dos partidos, sua atuação como atores intra-parlamentares (no governo) e sua inserção no plano eleitoral e de desenvolvimento das democracias contemporâneas.

Igualmente, é inegável que as organizações partidárias continuam indispensáveis ao funcionamento do regime político democrático, elas ainda são as responsáveis diretas pela mobilização eleitoral, pela agregação das demandas sociais em programas e projetos, pela representação política, pela produção de legislação, pela formulação e execução das políticas públicas e, enfim, pela própria dinâmica de governo (DIAMOND e GUNTHER, 2001; GUNTHER, MONTERO e LINZ, 2002; KATZ e MAIR, 2002; MAIR, 1997).

Além disso, vale observar que, no caso brasileiro, os estudos sobre sua política ainda estão em desenvolvimento e consolidação e, de certo modo, não é errôneo também dizer que indicam fragilidades em relação às análises quantitativas e qualitativas de pesquisas, indicando a necessidade de se ampliar os trabalhos relacionados ao tema, contribuindo para uma melhor compreensão dos partidos políticos brasileiros, tanto em termos organizacionais e de relevância para o sistema político nacional, como em sua participação e desempenho nos pleitos eleitorais

(nacionais, estaduais e municipais), como apontam Amaral (2013), Braga (2013) e Bolognesi (2020).

Ademais, as estratégias partidárias utilizadas pelos partidos políticos visando alcançar melhores desempenhos são imprescindíveis instrumentos para se analisar como se dão as dinâmicas nos pleitos eleitorais. Nesse sentido, para Braga, Veiga e Miríade (2009) tem-se que:

Boa parte da literatura especializada em partidos políticos aponta que uma de suas principais funções no processo democrático é a seleção de candidatos a cargos eletivos. Desta forma, a importância dessa atividade partidária decorre de dois fatores: primeiro, é a chave do processo de recrutamento político em uma democracia representativa. Segundo, é um dos momentos mais significativos no que concerne aos conflitos intrapartidários. O processo de seleção revela muito sobre a disputa interna, de que forma ela se dá, com que intensidade e como é resolvida (...). Isto é, permite examinar a dinâmica interna de uma organização partidária. Além disso, outros autores afirmam que a questão da designação dos candidatos é um elemento essencial em qualquer definição de partido político (BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009, p. 1).

No caso brasileiro, e conseqüentemente de Mato Grosso do Sul, tanto Nicolau (1996) como Braga (2013) e Fleischer (2007), dentre outros, ressaltam que a singularidade da democracia brasileira consiste no grande número de partidos políticos que foram criados por cidadãos após a abertura política, muitos sem relevância eleitoral, desenvolvendo um multipartidarismo cada vez mais fragmentado. Tal peculiaridade seria consequência da combinação de aspectos comportamentais e institucionais, como o comportamento do eleitorado e dos dirigentes partidários e as regras dos sistemas partidário, eleitoral e político brasileiros.

Nesse sentido, esta pesquisa se inscreve na perspectiva de análise do sistema político brasileiro sob o prisma da esfera subnacional, sendo seu objeto a dinâmica partidária em Mato Grosso do Sul. Trata-se de um estudo exploratório, buscando analisar o desempenho eleitoral dos partidos políticos no estado, entre 1992 a 2020. Outrossim, pretende caracterizar se e de que maneira o sistema partidário que emerge na disputa eleitoral do estado e seus municípios se articula e pode ser explicado pela disputa por votos no plano nacional.

Desta forma, este trabalho procura analisar tal situação, buscando apresentar e compreender o desempenho dos partidos políticos a partir de seus resultados nas eleições municipais do estado no período indicado e, em seguida, compreender se tal desempenho reflete (ou não) o que ocorre no sistema partidário brasileiro. Por fim, tem-se que tal trabalho demonstra, de forma conclusiva, a interação entre as eleições, os partidos e o sistema partidário, determinando tendências e indicando a dinâmica da vida político-partidária nacional e aponta

para a necessidade de estudos que permitam aprofundar determinados aspectos, como compreender novas conjunturas políticas (nacional e regional) que tem emergido.

O trabalho está organizado em duas partes, além desta introdução e da conclusão. Na primeira discutimos o sistema partidário brasileiro recente, discutindo seus realinhamentos, a dinâmica eleitoral e a interação entre as eleições locais e nacionais. Na segunda parte analisamos o desempenho eleitoral dos partidos políticos nas eleições municipais do estado e discutimos seus principais elementos.

O SISTEMA POLÍTICO E PARTIDÁRIO NACIONAL: A IMPORTÂNCIA DOS PARTIDOS E A INTERAÇÃO ENTRE AS ELEIÇÕES LOCAIS E NACIONAIS

Como apontamos anteriormente, há mais de cem anos os estudiosos da política reconhecem a necessidade e a importância dos partidos políticos para o funcionamento dos regimes democráticos e sua relevância primordial para o desenvolvimento dos sistemas políticos e das democracias contemporâneas. É por meio deles que as democracias se estruturam e a competição política se organiza.

A estreita ligação apontada pela ciência política entre os partidos políticos e o funcionamento da democracia representativa deriva das funções que as agremiações desempenham. É possível, de forma simplificada, indicarmos ao menos três funções essenciais que os partidos desempenham: a) Estruturar a competição eleitoral; b) Agregar interesses; c) Governar e conduzir os trabalhos legislativos (AMARAL, 2013; SARTORI, 1982; PANEBIANCO, 2005; BOLOGNESI, 2020)³.

É indubitável que o debate sobre a dinâmica eleitoral brasileira é incipiente, visto que a democracia brasileira é relativamente recente e dinâmica, se constituindo numa democracia não consolidada, ou seja, ainda muito fragilizada o que nos traz um cenário um tanto quanto incerto em relação ao que no final das contas dita “os caminhos da política “ala brasileira” poderiam

³ Diante da inegável relevância dos partidos políticos para o funcionamento dos regimes democráticos contemporâneos, é fundamental compreender como essas organizações se estruturam e como se desenvolveram ao longo do tempo. Como as decisões são tomadas no interior dos partidos? Como agem as lideranças partidárias? Quais são as relações entre os partidos e seus membros? Quais são os elementos que provocam transformações no desenho organizacional dos partidos políticos? Indagações como essas vêm sendo objeto de preocupação por parte de pesquisadores desde o início do século passado e uma longa tradição na Ciência Política foi construída desde a clássica obra de Robert Michels (1911).

ser uma fragmentação institucionalizada ou uma centralização regular ou ambas concomitantemente.

Não obstante, diversos trabalhos têm indicado que a dinâmica eleitoral nacional (federal) tem grande interação nos resultados obtidos nas esferas local/regional (estadual/municipal), sendo estas ainda a base de sustentação para a performance assídua de tal processo. Nesse sentido, esta pesquisa almeja, não só complementar, como também instigar uma maior abrangência de discussão sobre o tema e seus percalços e desdobramentos.

Segundo Braga (2010), em todos os regimes considerados democráticos, independentemente do tipo de sistema de governo, os sistemas partidários, e os partidos políticos, constituem um dos subsistemas cruciais do sistema político. Como parte de um todo, como apontava Sartori (1982), eles se originam, se estruturam e funcionam de múltiplas⁴ maneiras, tendo por base os diversos arranjos constitucionais adotados para regular o exercício da autoridade política e definir as regras para resolução de conflitos sociais e dos diferentes processos de representação política em cada país.

Ainda nesta análise, também, se evidencia que a estrutura de competição partidária que vem se conformando no Brasil foi mais aberta à entrada de novos atores no sistema partidário até a primeira metade da década de 1990. Nas eleições seguintes, a tendência foi de estabilidade dos padrões de competição, resultado tanto da continuidade de um certo número de partidos, que foi pouco a pouco controlando as maiores parcelas do eleitorado e, conseqüentemente, formando a maioria dos governos ao ocuparem a maior parte dos cargos eletivos e dos ministérios, como da menor entrada de novos partidos no sistema político (BRAGA, 2010; FLEISCHER, 2007; MELO, 2006; MENEGUELLO, 1998).

Em síntese, os dados considerados, pela autora, revelam que, no período analisado (1980-2008), o sistema partidário brasileiro caminhou para uma estrutura de competição mais fechada, o que, em parte, se explica pelas estratégias políticas das elites partidárias tanto em relação ao eleitorado quanto no que diz respeito às alterações nos dispositivos que regulam a alternância no poder. Neste último aspecto, um elemento crucial foi a instituição da reeleição a partir do pleito de 1994.

⁴ Dessa perspectiva, portanto, os partidos e sistemas partidários podem se diferenciar, quanto às suas dimensões básicas e aos resultados políticos produzidos para o (efetivo) funcionamento da democracia, de acordo com a estrutura de competição partidária e pelo seu relacionamento com o processo de formação do governo. Tais esferas de atuação partidária, por sua vez, são modeladas pelo sistema eleitoral, pelo padrão de relações entre o Executivo e Legislativo (o sistema de governo), pela distribuição territorial do poder político e, ainda, pelo contexto histórico, em que os partidos foram criados.

Desde então, os partidos que assumiram o governo federal acabaram se reelegendo, o que mostra que parte considerável do eleitorado aprovou os programas desenvolvidos pelos respectivos grupos governantes, contribuindo para fortalecer ainda mais as principais organizações partidárias no sistema político nacional.

Diante disto, podemos indicar que o país desenvolveu, pelo menos no plano da disputa para o executivo federal, uma estrutura de competição cada vez mais concentrada em duas forças partidárias, conformando um sistema federal bipartidário, enquanto que no legislativo nacional (senadores, deputados federal e estadual e vereadores), observa-se uma maior fragmentação partidária, com a predominância dos partidos médios, configurando-se uma estrutura de competição multipartidária moderada que, nos últimos anos, desenvolve ciclos de maior ou menor fragmentação a partir dos resultados eleitorais ou da conjuntura política.

Além disso, vale observar que, considerando o objeto principal desta análise, as eleições locais (municipais) no estado do Mato Grosso do Sul, como apontam Carneiro e Almeida (2008) é possível constatar a existência de articulação entre níveis do sistema partidário, tanto no subsistema majoritário quanto no proporcional. Há impactos significativos das votações para prefeito e presidente sobre as votações para governador, como também das votações para prefeito e governador sobre as votações para deputado federal, e também das votações para prefeito, governador e deputado federal sobre as votações para deputado estadual, das votações para governador e deputado estadual sobre as votações para prefeito e, por fim, das votações para prefeito sobre as votações para vereador.

Os dados mencionados por estes autores indicam que, nas eleições majoritárias (governador e prefeito), o fator de articulação mais importante é diacrônico: a votação recebida pelos partidos em eleições anteriores para os cargos majoritários é o que tem o maior efeito sobre a votação do partido nas eleições seguintes para esses mesmos cargos. Esses resultados confirmam a existência de um padrão consistente de estruturação das disputas eleitorais no sistema partidário brasileiro. O papel dos partidos, nessa perspectiva, é de elemento articulador entre as escolhas locais e as políticas regional e nacional. Os resultados encontrados assinalam, portanto, o efeito da organização partidária na definição do que se denominou “articulação entre níveis do sistema partidário brasileiro”.

Outra explicação, mais estrutural e sociológica, é a que se vê em Lipset e Rokkan (2001) os quais trazem que os partidos refletem uma estrutura social, suas divisões e disputas. Desta forma, parte-se da análise de transformações na estrutura social de países europeus, as revoluções francesa e industrial, para apontar como ocorreu o surgimento e desenvolvimento

dos sistemas partidários. Assentados na sociologia política, os autores consideram o partido político como “uma parte de um conjunto muito maior e que está em oposição a outras forças desse conjunto” e, neste sentido, apontam que

Os partidos operam como agentes de mobilização e integração de comunidades no plano nacional ou federal. Do mesmo modo que integra, ele também divide, pois foi inicialmente mobilizado por sua oposição a outras comunidades. Os partidos são produto das repartições existentes no tecido social e dos seus conflitos. As divisões sociais mobilizadas são sua origem, elas se convertem em um sistema partidário de disputas estruturais (LIPSET e ROKKAN, 2001, p. 236, tradução nossa).

Diante disto, pode-se apontar, como indica Silva (2019), que os estudos eleitorais são imprescindíveis, dado que através deles é possível compreender o perfil do eleitorado e das elites políticas, a conformação e as transformações do sistema partidário, a organização e o funcionamento dos governos e o desenvolvimento de políticas públicas, dentre outros aspectos. Dessa forma, fazendo com que as eleições, não só contribuam para a escolhas de governantes e a legitimação do sistema democrático, mas também possibilitam a compreensão de todo o sistema político de um país, sua dinâmica política e, inclusive, de seu contexto histórico e cultural. Além disto, como já destacamos, vale observar que os partidos políticos e os sistemas partidários são objetos de suma importância para reflexões e análises da política brasileira e tem-se constituído em temas fundamentais no desenvolvimento e consolidação da ciência política no país (LIMA JR., 1999; NICOLAU, 2010; BOLOGNESI, 2020).

De todo modo, como indicamos nesta seção, é possível constatar a relação e articulação entre a dinâmica eleitoral nacional (federal) e demais níveis do sistema político e partidário brasileiro, gerando um impacto relevante nas esferas local/regional (estadual/municipal), indicando sua relevância e sua articulação com a performance dos partidos políticos nos pleitos locais e regionais. A partir disto, discutiremos, na próxima seção, como tal relação e articulação incide sobre o sistema político-partidário no Mato Grosso do Sul.

PARTIDOS E ELEIÇÕES NO MATO GROSSO DO SUL: DESEMPENHO ELEITORAL E INTERAÇÃO ENTRE O SISTEMA PARTIDÁRIO LOCAL E NACIONAL

Embora seja incipiente e, de certa forma, limitada à pesquisa e a bibliografia sobre os partidos ou o sistema partidário em Mato Grosso do Sul, pode-se apontar que, nos últimos anos,

começam a se desenvolver trabalhos que procuram superar tal lacuna, como indicam as análises de Bittar (2009) e Miranda, Silva e Miranda (2019), dentre outros.

De todo modo, segundo Barbosa e Silva (2012), acompanhando o cenário nacional, no início da década de 90 a competição eleitoral no Mato Grosso do Sul passou a seguir a lógica multipartidária, superando a matriz bipartidária imposta pela ditadura militar, e, a partir disto, fica evidente a influência que a conquista da Presidência da República tem no desempenho eleitoral do partido do presidente. Além disso, percebe-se também nesse período o peso que os governadores têm sobre os resultados eleitorais.

Um pouco adiante, entre os anos de 2000 até, aproximadamente, 2014, constata-se uma maior a conquista de cadeiras por parte dos partidos com orientações de centro e centro-esquerda, como o PDT, PT e PPS. Desta forma, acompanhando o desempenho nacional, a partir dos anos 2000 podemos ressaltar a ascensão da centro-esquerda, no poder executivo, tanto em nível federal, com o Presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), quanto no caso de Mato Grosso do Sul, com o governo do Zeca do PT em 1998 e 2002. Portanto, a eleição dos dois governos influenciará o sistema partidário do estado.

Os resultados das eleições da década de 2000 apresentam traços de continuidade e mudança. Ademais, percebe-se que os governadores têm um peso no desempenho dos partidos nos municípios. Isso então não é um caso isolado no estado de Mato Grosso do Sul, mas algo recorrente em outros estados do país. Neste sentido, PT, PMDB/MDB e PSDB aproveitaram-se da conquista do governo do estado e ampliaram suas bancadas legislativas e nas prefeituras e câmaras municipais do estado.

Além disto, utilizando-se da ideia de relativa estabilidade para caracterizar a dinâmica do sistema partidário brasileiro proposta por Melo⁵ (2006) pode-se argumentar que Mato Grosso do Sul desenvolveu uma competição eleitoral que, durante os anos 90 e 2000, confirma tal tendência. Isto porque os partidos que o autor destaca que são PFL/DEM⁶, PT, PMDB/MDB⁷,

⁵ Segundo o autor: “Ainda, o resultado das eleições de 1994 já permitia falar de uma possível consolidação do quadro partidário brasileiro em torno de sete partidos- PMDB, PFL, PPB, PSDB, PT, PDT e PTB. (...) Transcorrida a década de 90, é possível dizer que as evidências disponíveis permitem falar de uma estabilização apenas relativa do sistema partidário nacional. Nossos partidos, por razões suficientemente discutidas na literatura, continuam institucionalmente frágeis. (...) No plano da representação política, os sete partidos mencionados controlam a imensa maioria das cadeiras ao longo da década de 1990, como pode ser visto na tabela 1. Tal predomínio, durante o período foi ainda maior quando se passa dos pleitos proporcionais para os majoritários e quando se caminha dos níveis inferiores para os superiores da representação” (MELO, 2006, p. 158-159).

⁶ Optamos por manter esta denominação pois a fusão entre DEM e PSL, criando o União Brasil, só ocorreu em 2021, após o período analisado neste trabalho.

⁷ Em 2017, após aprovação em convenção partidária, o partido voltou a se chamar MDB, nome utilizado durante a ditadura militar.

PSDB, PDT, PPB/PP⁸ e PTB, alcançaram juntos a maioria das cadeiras disputadas no estado, com média acima de 70% da representação nos municípios. O que é relevante nesse dado é que mesmo com mais de dez partidos com representação nos municípios, esses partidos conquistaram um número expressivo em termos de cadeiras.

Desta forma, é possível evidenciar a influência que os governos do estado e federal exercem sobre o desempenho eleitoral dos partidos. A partir da década de 90, a maior constatação foi em torno do aumento da fragmentação do sistema partidário do estado, o que é semelhante ao que ocorria no país (FLEISCHER, 2006; BOHN e PAIVA, 2009).

Não obstante, no Mato Grosso do Sul, o peso das oligarquias, oriundas das elites tradicionais (de caráter, majoritariamente, agrário), associadas à propriedade de terra, ressalta a importância dos grandes proprietários rurais e realça o caráter conservador dos partidos políticos locais. Todavia, a dinâmica incipiente da economia local, associada à emergência de inúmeros municípios que depende da produção agrícola ou dos repasses estaduais e federais, permitem vislumbrar um cenário em que se destaca o peso do executivo, federal ou estadual, para o desempenho eleitoral dos partidos.

Além disto, a partir dos trabalhos de Nicolau (1996), Melo (2006) e Ferreira, Batista e Stabile (2008), é possível apontar que o quadro atual dos partidos políticos e do sistema partidário brasileiro, desde o fim do regime militar, foi desenvolvendo uma lógica multipartidária e, principalmente, uma relativa estabilidade. Em suma, tais reconfigurações (de passagem da lógica bipartidária para uma lógica multipartidária e de alterações dos principais partidos em cada campo do espectro político), embora tenham suas especificidades regionais, conduziram a um sistema partidário relativamente estável em que se destaca, pelo menos até 2018, a consolidação e o predomínio, nos cargos eletivos, de sete partidos políticos: PMDB/MDB, DEM (ex-PFL), PP, PSDB, PT, PDT e PTB, como apontado por Melo (2006), embora não esteja devidamente institucionalizado como aponta a literatura e sua dinâmica recente.

A isto se agrega a dinâmica da relação, já constatada anteriormente, entre regional-nacional pois, como apontam Cervi e Codato (2006), os partidos que contam com o presidente, ou com o governador, ou com um número respeitável de prefeitos, tendem a avançar eleitoralmente e estruturar-se materialmente, crescendo em importância junto a elite política:

⁸ Embora esta sigla tenha se redefinido, em 2017, como Progressistas, optamos por utilizar tal sigla no período analisado.

Note-se que o controle do governo por determinada agremiação o que constitui, de resto, a base para a distribuição de empregos (“cargos”) e recursos públicos em troca de apoio político tende a contribuir decisivamente para a institucionalização partidária, seja no âmbito eleitoral, seja no âmbito organizacional. Partidos que contam com o Presidente, ou com o Governador, ou com um número respeitável de Prefeitos, tendem a avançar eleitoralmente e estruturar-se materialmente, crescendo em importância junto à elite política (CERVI e CONDATO, 2006, p. 5).

No mesmo sentido, também Melo (2010) indica que os governadores influenciam o processo eleitoral, mediados pela avaliação de seus governos e pelo peso da máquina administrativa local. Em um levantamento, demonstra que nas disputas de 2000, 2004 e 2008, os partidos dos governadores eleitos (respectivamente em 1998, 2002 e 2006) alcançaram o primeiro lugar, em número de prefeituras conquistadas (70% destas) e, considerando o segundo lugar, o índice sobe para 85% dos casos.

Finalmente, vale apontar, também, que Meneguello (1998) procurou mostrar que a ocupação do governo (ministérios e postos administrativos importantes) não apenas indica uma lógica na formação da coalizão governamental, mas também contribui para a manutenção ou ampliação do capital político de algumas agremiações, o que nos ajuda a compreender o desempenho eleitoral dos partidos destacados (PSDB, DEM, PP, PMDB/MDB, PT, PDT e PTB), inclusive no estado.

Neste sentido, o quadro abaixo aponta os governadores eleitos e seus respectivos partidos, para que se possa visualizar esta análise:

Quadro 1 - Eleições para Governador no estado de 1982 a 2018

ANO	GOVERNADORES	PARTIDO
1990	Pedro Pedrossian	PTB
1994	Wilson Barbosa Martins	PMDB
1998	Zeca do PT	PT
2002	Zeca do PT	PT
2006	André Puccinelli	PMDB
2010	André Puccinelli	PMDB
2014	Reinaldo Azambuja	PSDB
2018	Reinaldo Azambuja	PSDB

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Como pode ser observado, é possível destacar que todos os governadores do estado durante o período pertenceram a quatro partidos políticos: PMDB/MDB, PT, PSDB e PTB. Vale ainda, a observação de que tal desempenho está associado a um padrão oligárquico de disputa política e a emergência de caciques locais que passaram a controlar as máquinas partidárias no estado a partir de sua condição como governadores.

A partir disto, podemos observar que o desempenho dos partidos nas eleições municipais para prefeitos ocorreu da seguinte forma:

Quadro 2- Prefeitos Eleitos no estado por partido (1992 a 2020)⁹

PARTIDO/ COLIGAÇÃO	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016	2020
PFL/DEM	12	11	5	3	4	6	3	15
PMDB/MDB	19	28	25	13	28	23	17	8
PDT	5	5	9	17	9	5	2	2
PSDB	2	19	23	6	11	12	36	37
PL/PR	2			11	8	7	8	1
PPB/PP/ PROGRESSISTAS		3	1		1			4
PDS	8							
PTB	20	7	1	9	3	1	1	1
PT		3	11	18	10	12		
PRN	1							
PST	6							
PV		1		1		1		
PDC	2							

⁹ Quadro elaborado a partir dos dados do TRE/MS, que pode ser consultados em: <https://www.tre-ms.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultado-das-eleicoes-antiores> (acesso em maio de 2021).

PATRIOTA								3
PSB					2	4	5	1
PODEMOS								2
PT do B						2		
PSOL								1
PEN							3	
PPS			2		2	2		
PMN						1	1	
PRP						1		
PSC							1	
PSL							1	
PSD								4
TOTAL	77	77	77	77	78	79	79	79

Fonte: TRE/MS (Elaboração dos autores)

Como pode ser observado, é possível analisar uma certa consolidação notável de três partidos ao longo dos anos, com o PSDB, se sobressaindo, consideravelmente, nos últimos dois pleitos; enquanto o PMDB/MDB mantém uma relativa estabilidade, o PFL/DEM que sempre conquistava algumas prefeituras e, nas últimas eleições, alcança uma ascensão significativa. Considerando o que discutimos antes, também pode ressaltar o frágil desempenho do PT, assim como dos demais partidos de centro-esquerda, indicando um melhor desempenho dos partidos de centro e de direita nas eleições no estado.

Neste sentido, destaca-se o desempenho do PMDB/MDB e PSDB (mantendo-se na liderança em 2020, alcançando 37 das 79 prefeituras disputadas) e subsequente o PFL/DEM que mesmo com uma relevante queda manteve cadeiras em todos os pleitos e se sobressaiu em 2020. Além disso, é possível observar uma relativa ascensão também do PL/PR nas duas últimas eleições. Em vista disso, é crucial entender que o papel dos partidos, nessa perspectiva, é de elemento articulador entre as escolhas locais e as políticas regional e nacional. Os

resultados encontrados assinalam, portanto, o efeito da organização partidária na definição do que se denominou “articulação entre níveis do sistema partidário brasileiro”.

Isto parece confirmar a análise de Melo ao apontar que: “No que se refere à relação entre as eleições estaduais e a as municipais, um rápido levantamento mostra que, nas disputas de 2000, 2004 e 2008, os partidos dos governadores eleitos respectivamente em 1998, 2002 e 2006 estiveram em primeiro lugar, no número de prefeituras eleitas, em 70% dos estados. Se acrescentarmos os casos em que o partido do governador ficou em segundo lugar, chegamos a 85% dos estados. No federalismo brasileiro, a conquista do governo estadual é decisiva para o desempenho nas eleições municipais” (MELO, 2010, p. 20).

No que se refere às eleições para as câmaras municipais (vereadores), o desempenho dos partidos se desenvolveu da seguinte forma:

Quadro 3 – Vereadores Eleitos no estado por partido (de 1992 a 2020)¹⁰

PARTIDO/ COLIGAÇÃO	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016	2020
PFL/DEM	122	93	102	53	87	65	55	125
PDS	39							
PDT	54	51	101	110	94	80	71	49
PL/PR	29	30	25	94	82	74	73	28
PPB/PP		52	31	20	28	23	18	28
PSB		5	13	10	23	45	62	21
PSD		3	14			59	27	83
PSDB	30	194	144	75	94	99	165	234
PTB	183	85	55	70	29	18	42	32
PT	7	25	85	133	76	99	40	26
PMDB/ MDB	185	233	164	101	146	146	117	116
PRN	16							

¹⁰ Quadro elaborado a partir dos dados do TRE/MS, que pode ser consultados em: <https://www.tre-ms.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultado-das-eleicoes-antiores> (acesso em maio de 2021).

PST	94							
PV		6	4	8	7	7	11	
PDC	11							
PMN	1	1	4	6	5	5	4	1
PSC	1	3		3	6	14	10	2
PPS			32	30	35	20	20	
PGT		1	1					
PTR	5							
PHS			1			7	5	
PT do B				2	1	28		
PRONA				1				
PTN				1	1	3	2	
PRB				1		8	16	
PRP			1		8			
PRTB						5	2	
PATRIOTA								31
PSDC				3		5	1	
PROS							19	
PODEMOS								35
PSOL							2	1
REDE							1	2
REPUBLICANOS								18
SOLIDARIEDADE							18	15
CIDADANIA								1
PSL				1	1	9	6	16

AVANTE								1
TOTAL	777	785	787	721	721	823	845	837

Fonte: TRE/MS (Elaboração dos autores).

Assim como no caso das bancadas para prefeituras, pode-se ver que as bancadas para a câmara de vereadores acompanharam significativamente o plano nacional, com destaques para o PSDB (alcançando seu maior destaque no último pleito, em 2020, com 234 cadeiras), PMDB/MDB (com mais de 100 cadeiras nos pleitos de 1992 a 2016) e o PFL/DEM que obteve cadeiras expressivas em 7 dos 8 pleitos analisados.

A partir disto, constata-se o predomínio inicial do PMDB/MDB (que manterá relativa força ao longo dos anos) e do PDS, que irá se enfraquecer e ser substituído pelo PFL, posteriormente DEM, e vai cedendo espaço a outras agremiações, tanto no poder legislativo quanto executivo, em que se destacam o PSDB e o PT, mas que também aparecem PTB, PP e PDT, dentre outros.

Assim, percebe-se que os governadores têm um peso no desempenho eleitoral dos partidos nos municípios, como apontava a análise de Melo (2010) citada acima. De toda forma, vale observar que isto não é um caso isolado no estado de Mato Grosso do Sul, mas algo recorrente em outros estados do país, pois como apontam Barbosa e Silva: “O que ficou demonstrado é a influência que os governos do estado e federal exercem sobre o desempenho eleitoral dos partidos” (BARBOSA e SILVA, 2012, p. 22)

Além disto, no que se refere a reconfiguração do espectro ideológico (direita, centro e esquerda) constatou-se que o sistema partidário local acompanhou, em grande medida, as mudanças e hegemonias indicadas nacionalmente. Neste sentido, vale destacar que o espectro ideológico classifica diferentes posições políticas entre dois pólos que se distinguem: a esquerda e a direita. Ademais, o conceito de “ideologia” é complexo e varia conforme o tempo e a conjuntura histórico-cultural, podendo representar um “conjunto de ideias e valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos” (SCHEEFFER, 2016, p. 35).

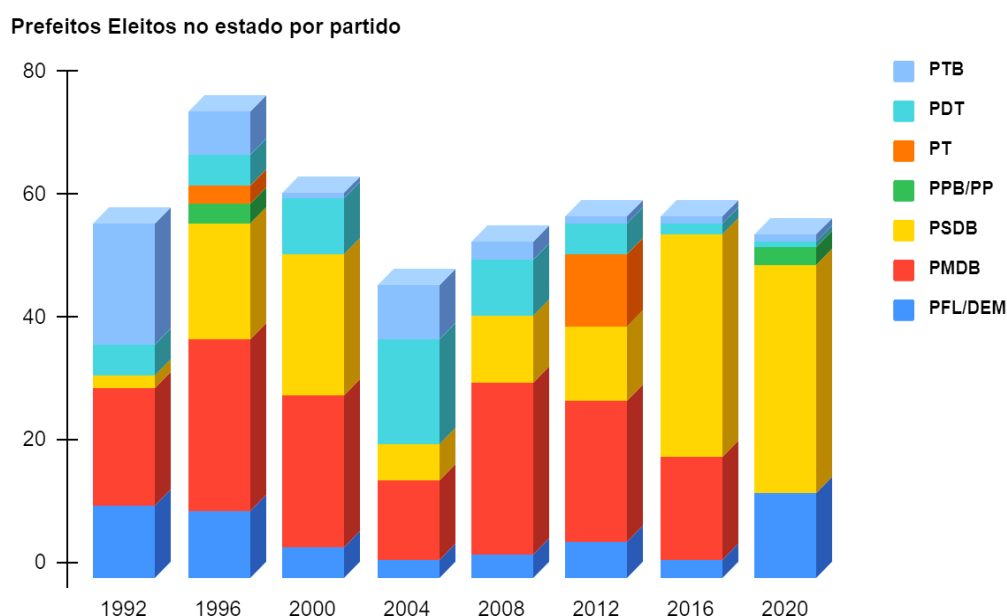
Contemplando-se nosso objeto de análise, o conceito fica aqui entendido como sinônimo de “ideologia política”, sendo uma arena de disputa entre diferentes projetos que servem como orientação para o campo político. Os termos “direita” e “esquerda” surgiram no contexto da Revolução Francesa (1789) para indicar posicionamentos políticos, quando a esquerda

priorizava o igualitarismo e a direita, a aristocracia. Aos poucos os termos foram associados ao liberalismo e conservadorismo. De acordo com Bobbio (1997), pode-se indicar, genericamente, que a esquerda prioriza a igualdade e a direita a liberdade; porém, são definições que variam conforme o contexto e a conjuntura histórica em que se inserem, permeando hoje o debate pós-materialista, que não se limita apenas às questões econômicas.

De toda forma, a análise dos dados parece indicar o melhor desempenho de partidos de centro (PMDB/MDB e PSDB) e centro-direita (DEM, PP e PTB) e um desempenho irregular de partidos de centro-esquerda (PT e PDT), convergindo com o peso dos executivos (nacional e, principalmente, estadual) no desempenho eleitoral dos partidos e as análises de Bittar (2009) e Miranda, Silva e Miranda (2019), dentre outras, que apontam o perfil conservador e o peso das elites agrárias na política local.

Desta forma, no que se refere às prefeituras o desempenho destes partidos ocorreu da seguinte forma:

Gráfico 1: Prefeitos eleitos por Partido (1992-2020)

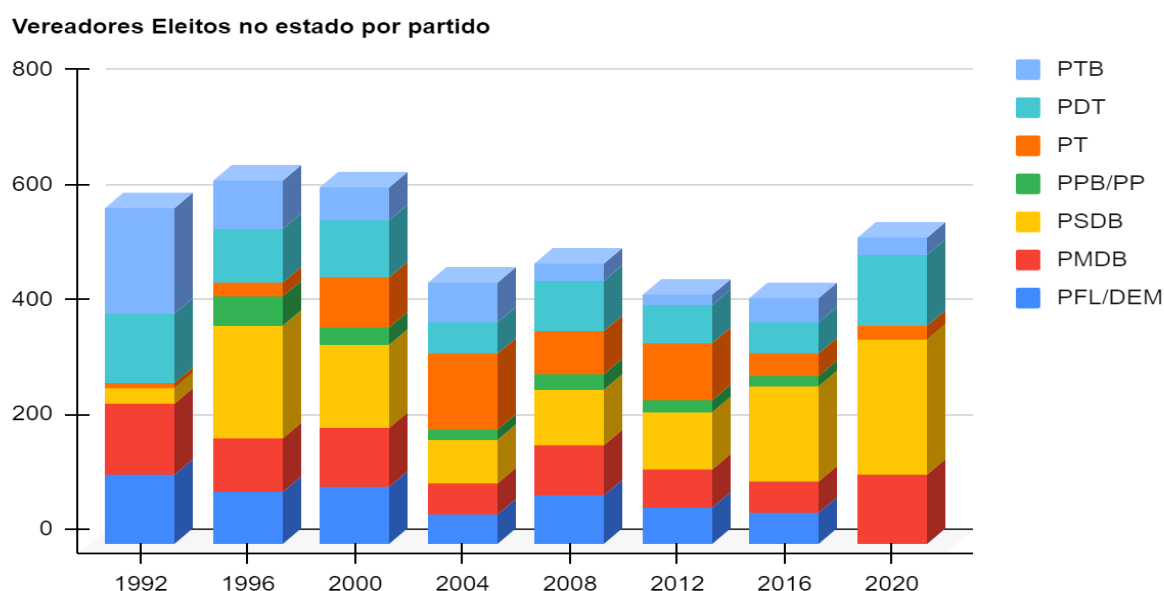


Como pode ser observado, os partidos mencionados elegeram, no período, a maioria das prefeituras em disputa (com destaques para desempenho em 2004, 2012 e 2016) e revelam a importância do executivo estadual e nacional para tal desempenho. Neste sentido, o desempenho de MDB (principalmente na década de 1990 e 2000, ao longo do governo Puccinelli), PSDB (mais recente), PTB (anos 1990 no governo Pedrossian) e PT (durante

governo Zeca ou na era Lula/Dilma) (que ocuparam o governo estadual ou a presidência da república quando alcançam os melhores resultados) são reveladores e o PFL/DEM, PDT e PPB/PP também confirma a relevância destas para o sistema partidário estadual e nacional no período analisado. Além disto, vale observar que o PT não elegeu nenhum prefeito em 2016 e 2020 e o frágil desempenho do PDT. Por fim, vale observar que enquanto enfrenta dificuldades no plano nacional o PSDB mantém-se como partido competitivo no cenário estadual.

No que se refere às câmaras municipais, o desempenho dos partidos pode ser observado no seguinte gráfico:

Gráfico 2: Vereadores eleitos por Partido (1992-2020).



Da mesma forma, constata-se que os partidos mencionados (PTB, PDT, PT, PSDB, PMDB/MDB, PFL/DEM e PPB/PP) conquistaram a maioria absoluta das cadeiras em disputa, destacando-se nas eleições de 1992, 1996, 2000 e 2020, quando volta a crescer sua representação política, apesar do avanço da fragmentação partidária. Além disto, em consonância com a análise anterior, é significativo o desempenho de PMDB/MDB, PSDB (alicerçados na ocupação do governo estadual em distintos momentos) e PFL/DEM ao longo do período.

Diante disto, pode-se apontar que, conforme menciona Nicolau (1996), no caso brasileiro, e consequentemente de Mato Grosso do Sul, ressalta que a singularidade da democracia brasileira consiste no multipartidarismo que, apesar de cada vez mais fragmentado, parece desenvolver-se a partir dos partidos mencionados (PTB, PDT, PT, PSDB, PMDB/MDB,

PFL/DEM e PPB/PP). Além disto, as eleições recentes tanto no plano municipal (2020) como no plano nacional (2022) parecem indicar uma nova reconfiguração e alinhamento do sistema partidário brasileiro, com a emergência de novos partidos e a fusão ou junção de legendas, configurando um novo momento, ainda em construção, do sistema partidário brasileiro. As novas características ou elementos dos partidos políticos e do sistema partidário brasileiro que está emergindo será resultado da combinação de aspectos relacionados a reconfiguração das forças sociais e grupos políticos emergentes, de dinâmicas comportamentais e institucionais, como o comportamento do eleitorado e dos dirigentes partidários, das regras dos sistemas partidário, eleitoral e político brasileiros e, principalmente, da defesa e consolidação (ou não) da democracia brasileira (e os valores a ela relacionados como diálogo, pluralismo, diversidade e tolerância) diante dos assédios populistas ou autoritários que emergiram nos últimos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou analisar o desempenho eleitoral dos partidos políticos nas eleições municipais em Mato Grosso do Sul, entre 1992 a 2020, e sua interação com a dinâmica nacional.

Neste sentido, destacou o papel e a relevância dos partidos para o funcionamento das democracias contemporâneas e, a partir disto, analisou a dinâmica político-partidária brasileira, procurando dialogar com as produções recentes sobre tal temática.

Desta forma, este trabalho procurou apontar a desconstrução da matriz bipartidária, herdada da ditadura militar, com o desenvolvimento de um multipartidarismo que, embora tenha a predominância de alguns partidos médios, parece caminhar para uma maior fragmentação, principalmente no âmbito municipal.

Além disto, constata-se uma relativa estabilidade de tal dinâmica, principalmente quando se considera o desempenho eleitoral dos partidos médios (PMDB/MDB, DEM, PP, PSDB, PT, PDT e PTB), conforme análise de Melo (2006), embora os resultados das eleições municipais de 2020 pareçam indicar um novo realinhamento do sistema partidário brasileiro e a emergência de novos partidos políticos ou de agremiações que resultaram da fusão entre partidos nacionais.

Diante disto, analisamos o desempenho dos partidos políticos, em Mato Grosso do Sul, procurando compreender suas especificidades e a interação com a dinâmica nacional, apontando como a competição eleitoral implica a institucionalização e a estruturação dos partidos políticos, e da forma de disputa do poder político, o que fornece, sem dúvida, legitimidade ao sistema político e aos governos. Entretanto, implica em adaptações que estas

devem realizar, sobre sua forma de atuação e organização, para se adaptar às exigências da nova realidade política e social do mundo contemporâneo.

Sendo assim, constatamos que, no âmbito local, também ocorreu um processo de desconstrução da matriz bipartidária para um multipartidarismo, cada vez mais fragmentado, e que também pode ser observada uma relativa estabilidade, considerando o desempenho dos partidos médios (PMDB/MDB, DEM, PP, PSDB, PT, PDT e PTB) que, embora com trajetórias distintas e oscilantes, conseguiram conquistar a maioria das cadeiras em disputa.

Além disto, pode ser constatado o predomínio inicial de PMDB/MDB (que manterá relativa força ao longo dos anos) e DEM (antes como PDS e depois PFL) e, pouco a pouco, a consolidação dos demais partidos médios, tanto no poder legislativo quanto executivo, em que se destacam PSDB e PT, mas com a presença relevante de PTB, PP e PDT, dentre outros. Neste sentido, vale destacar que, no estado, tanto o desempenho de PMDB/MDB, ao longo do período e em consonância com a ocupação do governo estadual, como do PSDB (que, em 2020, conquistou 37 das 79 prefeituras disputadas e era o partido do governador) e o DEM que possui um desempenho regular em todo período e certo destaque no último pleito. Também merece menção o frágil desempenho do PT ao longo do período analisado, embora tenha alcançado o governo do estado em dois pleitos.

Desta forma, este trabalho procurou demonstrar que a análise do sistema partidário estadual pode contribuir para o conhecimento da vida política do país em múltiplas dimensões e servir de base para o desenvolvimento de estudos comparativos que nos permitam compreender as diferenças e a interação entre a dinâmica política nacional e a local, além de indicar a necessidade de desenvolvimento e aprofundamento de estudos sobre o tema, estimulando outros estudos que podem explorar novos caminhos ou indicar novas perspectivas e, também, analisar aspectos e elementos que ainda não foram aprofundados ou abordados.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Oswaldo E. do. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.7, n.2, p. 11-32, 2013.
- BARBOSA, Tiago Alexandre L.; SILVA, Marcos Antônio da. Partidos e eleições no Mato Grosso do Sul. **Paraná Eleitoral: Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 79-102, 2012.

BITTAR, M. **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009.

BOBBIO, N. **Igualdade e liberdade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

BOHN, Simone R.; PAIVA, Denise. A volatilidade eleitoral nos estados sistema partidário e democracia no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, n. 33, p. 187-208, 2009.

BRAGA, M. do S. S. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 4, p. 43-73, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1704> (Acesso em: 3 de maio de 2021).

BRAGA, M. S. S.; VEIGA, L. F.; MIRÍADE, A. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n.70, p. 123-142, 2009.

BRAGA, M. S. S. A agenda dos estudos sobre partidos políticos e sistemas partidários no Brasil. **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR**, vol. 1, n. 1, p. 1-25, 2013.

BOLOGNESI, Bruno. Organização partidária: modelos de análise e novas agendas. In: BOLOGNESI, Bruno e SILVA, Glauco Peres da. **Ciências Sociais hoje: Ciência Política**. São Paulo: Zeppelini Publishers, 2020. (Disponível em: http://anpocs.com/images/BIB/CS_hoje2020/CS_hj__E-book_CP.pdf).

CARNEIRO, P. Leandro; ALMEIDA, de T. Maria Hermínia. Definindo a Arena Política Local: Sistemas Partidários Municipais na Federação Brasileira. Rio de Janeiro: **DADOS-Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 51, n. 2, p. 403-432, 2008.

CERVI, E. U.; CODATO, A. N. Institucionalização partidária: uma discussão empírica a partir do caso do PFL do Paraná In: CODATO, A. N.; SANTOS, F.J dos (orgs). **Partidos e eleições no Paraná: uma abordagem histórica**. Curitiba: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), 2006.

GUNTHER, R.; MONTERO, J.; LINZ, J. **Political parties: old concepts and new challenges**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

KATZ, Richard; MAIR, Peter. The Evolution of Party Organizations in Europe: The Three Faces of Party Organization. **The American Review of Politics**, Fayetteville, v. 14, p. 593-617, winter, 1993.

_____. The Ascendancy of the Party in Public Office: Party Organizational Change in Twentieth-Century Democracies. In: GUNTHER, Richard; MONTERO, José Ramón; LINZ, Juan (ed.). **Political Parties: Old Concepts and New Challenges**. Oxford: OUP, 2002. p. 113-135.

_____. The Cartel Party Thesis: A Restatement. *Perspectives on Politics*, Bloomington, v. 7, n. 4, p. 753-766, 2009.

FERREIRA, D. P. BATISTA, C. B.; STABILE, Max. A evolução do sistema partidário brasileiro: números de partidos e votação no plano subnacional (1982-2006). **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n.2, p. 432-453, 2008.

FLEISCHER, D. As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000). **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 80-105, 2002.

FLEISCHER, D. Os partidos políticos. In: AVELAR, L & CINTRA, A, O. (orgs). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

KEY, Valdimer Orlando. **Politics, parties and pressure groups**. Nova York, Crowell, 1964.

LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (ed.). **Political Parties and Political Development**. Princeton: PUP, 1966.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil (org). Partidos, Eleições e Poder Legislativo. In: MICELI, Sérgio. **O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995): Ciência Política**. São Paulo: Sumaré/ANPOCS, 1999.

LIPSET, Seymour; ROKKAN, Stein. **Estructuras de división, sistemas de partidos y alineamientos electorales**. Barcelona: Editorial Ariel, 2001.

MAIR, P. **Party system change: approaches and interpretations**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

MACEDO, Larissa H. G. K. Os partidos políticos brasileiros e as tipologias clássicas: uma revisão teórica, Trabalho preparado para apresentação no **X Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP**, 2020.

MACIEL, A. P. B.; ALARCON, A O; GIMENES, E. R. Partidos políticos e espectro ideológico: parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 8, n. 3, p. 17, 2018.

MANIN, B. As Metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 29, pag. 5-34, 1995.

MELO, C.R. Sistema partidário, presidencialismo e reforma política no Brasil. In: SOARES, G, A.; RENNÓ, L. (orgs). **Reforma política: lições da história recente**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

MENEGUELLO, R. **Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: UnB, 1982.

MIRANDA, Daniel Estevão Ramos; SILVA, Marcos Antonio da; MIRANDA, Victor Garcia. **Os (des) caminhos da política no Mato Grosso do Sul: tradição, continuidades e mudanças**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2019.

NICOLAU, J. M. **Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996.

NICOLAU, J. M. Partidos e Sistemas Partidários: 1985-2009. In: MARTINS, C. B.; LESSA, R. **Horizontes das ciências sociais no Brasil: Ciência Política**. São Paulo, ANPOCS, 2010.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários**. Brasília: Ed. UnB, 1982.

SCHEEFFER, F. **“Ideologia e comportamento parlamentar na Câmara dos Deputados: faz sentido ainda falar em esquerda e direita?”** Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016, 291 pgs.

SILVA, M.A. da. **A Dinâmica Eleitoral em Mato Grosso do Sul (1978-2018): eleições, partidos e governos**. Curitiba: CRV, 2019.

TAROUCO, Gabriela da Silva. Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006). **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 4, p.169-186, 2010.